

Fatores socioeconômicos e desenvolvimento empreendedor: interfaces com o planejamento de políticas públicas

Socioeconomic factors and entrepreneurial development: interfaces with public policy planning

Factores socioeconómicos y desarrollo emprendedor: interfaces con la planificación de políticas públicas

DOI: 10.54033/cadpedv22n9-090

Originals received: 6/2/2025

Acceptance for publication: 6/20/2025

Renata Braga Rodrigues

Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local

Instituição: Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM)

Endereço: Vitória, Espírito Santo, Brasil

E-mail: renata.braga@es.sebrae.com.br

Alan Patricio da Silva

Doutor em Ciências da Saúde

Instituição: Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória (EMESCAM)

Endereço: Vitória, Espírito Santo, Brasil

E-mail: alan.silva@emescam.br

RESUMO

Introdução: O empreendedorismo vem se consolidando como uma estratégia relevante para impulsionar o desenvolvimento local e promover a inclusão produtiva. No entanto, sua efetividade está diretamente condicionada a fatores socioeconômicos que influenciam tanto a decisão de empreender quanto o acesso às políticas públicas de apoio. Nesse contexto, compreender a relação entre desigualdades estruturais, níveis de escolaridade, renda e acesso a recursos com o planejamento e a execução de políticas públicas voltadas ao empreendedorismo é essencial para fortalecer estratégias sustentáveis e sensíveis às realidades locais. **Objetivo:** Esta revisão integrativa tem como objetivo identificar, na literatura científica, de que maneira os fatores socioeconômicos interferem no planejamento e na efetividade das políticas públicas voltadas ao empreendedorismo. Busca-se compreender como tornar essas políticas mais alinhadas às especificidades territoriais e mais eficientes na promoção de oportunidades econômicas sustentáveis. **Método:** Trata-se de uma revisão integrativa da literatura. As etapas metodológicas incluíram: (1) definição

do tema e formulação da pergunta norteadora; (2) busca sistematizada nas bases PubMed (National Institutes of Health), LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e SciELO; (3) aplicação de critérios de inclusão e exclusão; (4) extração, síntese e organização dos dados dos estudos selecionados, considerando título, referências, ano/país, delineamento metodológico e principais resultados; (5) análise crítica detalhada dos artigos, visando garantir relevância temática e alinhamento com os objetivos da pesquisa; (6) interpretação dos achados e discussão; e (7) apresentação final da revisão. As buscas foram realizadas em abril de 2024. Resultados: Foram inicialmente identificados 64 estudos potencialmente relevantes. Após a aplicação dos critérios de exclusão, 13 artigos foram selecionados para análise aprofundada. Observou-se um aumento significativo no número de publicações nos anos de 2021 e 2022, com destaque para o ano de 2022, que concentrou cinco estudos. Esse aumento reflete o crescente interesse da comunidade acadêmica e de gestores públicos pela temática do empreendedorismo como ferramenta de transformação socioeconômica. Conclusão: Os resultados apontam que os fatores socioeconômicos exercem forte influência no acesso e na efetividade das políticas públicas de fomento ao empreendedorismo. Desigualdades estruturais, carência educacional, dificuldades no acesso ao crédito e à informação são barreiras frequentes identificadas nos estudos. Reconhecer esses desafios é fundamental para o desenho de políticas mais inclusivas, regionalizadas e sustentáveis. Dessa forma, torna-se necessário que os formuladores de políticas públicas se atentem para o contexto local e incorporem estratégias que promovam equidade, justiça social e desenvolvimento territorial. Recomenda-se, ainda, que futuras pesquisas aprofundem a discussão sobre as desigualdades sociais e explorem caminhos alternativos para potencializar o papel transformador do empreendedorismo no Brasil.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Empreendedorismo. Desenvolvimento Local. Fatores Socioeconômicos. Inclusão Produtiva.

ABSTRACT

Introduction: Entrepreneurship has been consolidating itself as a relevant strategy to boost local development and promote productive inclusion. However, its effectiveness is directly conditioned by socioeconomic factors that influence both the decision to undertake and access to public support policies. In this context, understanding the relationship between structural inequalities, levels of education, income, and access to resources with the planning and implementation of public policies aimed at entrepreneurship is essential to strengthen sustainable strategies that are sensitive to local realities. Objective: This integrative review aims to identify, in the scientific literature, how socioeconomic factors interfere in the planning and effectiveness of public policies aimed at entrepreneurship. The aim is to understand how to make these policies more aligned with territorial specificities and more efficient in promoting sustainable economic opportunities. Method: This is an integrative literature review. The methodological steps included: (1) definition of the topic and formulation of the guiding question; (2) systematized search in the PubMed

(National Institutes of Health), LILACS (Latin American and Caribbean Health Sciences Literature) and SciELO databases; (3) application of inclusion and exclusion criteria; (4) extraction, synthesis and organization of the data from the selected studies, taking into account title, references, year/country, methodological design and main results; (5) detailed critical analysis of the articles to ensure thematic relevance and alignment with the research objectives; (6) interpretation of the findings and discussion; and (7) final presentation of the review. The searches were carried out in April 2024. Results: Initially, 64 potentially relevant studies were identified. After applying the exclusion criteria, 13 articles were selected for in-depth analysis. There was a significant increase in the number of publications in the years 2021 and 2022, especially in the year 2022, which concentrated five studies. This increase reflects the growing interest of the academic community and public managers in the theme of entrepreneurship as a tool for socio-economic transformation. Conclusion: The results show that socio-economic factors have a strong influence on access to and the effectiveness of public policies to promote entrepreneurship. Structural inequalities, lack of education, difficulties in accessing credit and information are frequent barriers identified in the studies. Recognizing these challenges is fundamental to designing more inclusive, regionalized and sustainable policies. It is therefore necessary for public policymakers to pay attention to the local context and incorporate strategies that promote equity, social justice and territorial development. It is also recommended that future research deepens the discussion on social inequalities and explores alternative ways to enhance the transformative role of entrepreneurship in Brazil.

Keywords: Public Policies. Entrepreneurship. Local Development. Socioeconomic Factors. Productive Inclusion.

RESUMEN

Introducción: El emprendimiento se viene consolidando como una estrategia relevante para impulsar el desarrollo local y promover la inclusión productiva. Sin embargo, su efectividad está directamente condicionada a factores socioeconómicos que influyen tanto en la decisión de emprender como en el acceso a las políticas públicas de apoyo. En este contexto, comprender la relación entre las desigualdades estructurales, los niveles de escolaridad, el acceso a los recursos y la planificación y ejecución de políticas públicas orientadas al emprendimiento es esencial para fortalecer estrategias sostenibles y sensibles a las realidades locales. **Objetivo:** Esta revisión integrativa tiene como objetivo identificar, en la literatura científica, de qué manera los factores socioeconómicos interfieren en la planificación y en la efectividad de las políticas públicas orientadas al emprendimiento. Se busca comprender cómo hacer que estas políticas estén más alineadas con las especificidades territoriales y sean más eficientes en la promoción de oportunidades económicas sostenibles. **Objetivo:** Esta revisión integrativa tiene como objetivo identificar, en la literatura científica, de qué manera los factores socioeconómicos interfieren en la planificación y en la efectividad de las políticas públicas orientadas al emprendimiento. Se busca comprender cómo hacer que estas políticas estén más alineadas con las especificidades territoriales y sean más eficientes en la

promoción de oportunidades económicas sostenibles. Método: Se trata de una revisión integrativa de la literatura. Las etapas metodológicas incluyeron: (1) definición del tema y formulación de la pregunta guía; (2) búsqueda sistematizada en las bases PubMed (National Institutes of Health), LILACS (Literatura Latinoamericana y del Caribe en Ciencias de la Salud) y SciELO; (3) aplicación de criterios de inclusión y exclusión; (4) extracción, síntesis y organización de los datos de los estudios seleccionados, considerando título, referencias, año/país, delineamiento metodológico y principales resultados; (5) análisis crítico detallado de los artículos, para asegurar la relevancia temática y el alineamiento con los objetivos de la investigación; (6) interpretación de los hallazgos y discusión; y (7) presentación final de la revisión. Las búsquedas se realizaron en abril de 2024. Resultados: Inicialmente se identificaron 64 estudios potencialmente relevantes. Después de aplicar los criterios de exclusión, 13 artículos fueron seleccionados para un análisis en profundidad. Se observó un aumento significativo en el número de publicaciones en los años 2021 y 2022, destacando el año 2022, que concentró cinco estudios. Este aumento refleja el creciente interés de la comunidad académica y de los gestores públicos por la temática del emprendimiento como herramienta de transformación socioeconómica. Conclusión: Los resultados indican que los factores socioeconómicos ejercen una fuerte influencia en el acceso y la efectividad de las políticas públicas de fomento al emprendimiento. Desigualdades estructurales, carencia educativa, dificultades en el acceso al crédito y a la información son barreras frecuentes identificadas en los estudios. Reconocer estos desafíos es fundamental para el diseño de políticas más inclusivas, regionalizadas y sostenibles. De esta manera, se hace necesario que los formuladores de políticas públicas presten atención al contexto local e incorporen estrategias que promuevan la equidad, la justicia social y el desarrollo territorial. Se recomienda, además, que futuras investigaciones profundicen la discusión sobre las desigualdades sociales y exploren caminos alternativos para potenciar el papel transformador del emprendimiento en Brasil.

Palabras clave: Políticas Públicas. Emprendimiento. Desarrollo Local. Factores Socioeconómicos. Inclusión Productiva.

1 INTRODUÇÃO

Um dos fenômenos com alto poder de influenciar a economia de um país é o Empreendedorismo. E este fenômeno gera impactos diretos também na sociedade. Dentro desse contexto, o Empreendedorismo vem sendo utilizado, fomentado e apoiado pelo poder público, em decorrência do reconhecimento de fortalecimento da economia através dos pequenos negócios espalhados em todo Brasil. Trata-se de uma estratégia que impacta positivamente nos índices de

geração de emprego, renda, transformando vidas de pessoas que antes viviam à margem da sociedade, sem emprego e renda, e que hoje, a partir de uma iniciativa empreendedora, conseguem se reerguer, modificando significativamente e positivamente a sua realidade e também de sua família.

O empreendedorismo é uma força propulsora de transformação local e regional, promovendo desenvolvimento econômico e ampliando a arrecadação tributária. Estimula valores e vocações regionais, fortalecendo o senso de pertencimento e as lideranças comunitárias. Segundo o SEBRAE (2022), o fortalecimento dos pequenos negócios é um dos principais vetores de dinamização econômica, gerando emprego, renda e valorização das potencialidades locais.

De acordo com a visão clássica de Schumpeter (1982), o empreendedor é aquele que rompe com o estado estacionário da economia ao introduzir inovações aos métodos de produção, mercados ou formas de organização. É essa capacidade inovadora que torna o empreendedorismo um verdadeiro motor do capitalismo, promovendo transformações estruturais e impulsionando o desenvolvimento econômico. Esse processo, que o autor denomina de "destruição criadora", revoluciona continuamente a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo o antigo e criando o (Schumpeter, 1982, p. 110). Para Schumpeter, o capitalismo é, por essência, um processo evolutivo em que a inovação não apenas gera crescimento, mas redefine as bases sobre as quais a economia se sustenta.

No atual contexto econômico, marcado por transformações sociais, tecnológicas e nos formatos de trabalho, o empreendedorismo ganha protagonismo, impulsionado pela economia criativa e pela inclusão produtiva. Mais que atividade econômica, fortalece a geração de renda e o protagonismo cidadão. No Brasil, segundo o Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2023), cerca de 30% dos adultos empreendem, muitas vezes por necessidade, evidenciando seu papel no desenvolvimento e nas políticas públicas voltadas à redução das desigualdades.

Nesse cenário, entender os fatores que influenciam o sucesso ou o fracasso das políticas públicas voltadas ao empreendedorismo se torna uma

necessidade urgente, especialmente quando o objetivo é promover um desenvolvimento mais justo, inclusivo e sustentável. É nesse contexto que se insere esta revisão integrativa, que explora a relação entre os fatores socioeconômicos e o planejamento.

A análise destaca o papel das políticas públicas no fomento ao empreendedorismo como vetor de transformação econômica, social e territorial. Programas de formalização e inclusão produtiva demonstram esse potencial, especialmente em territórios vulneráveis. Ressalta-se a importância da atuação articulada do Estado na criação de um ambiente favorável e na proteção dos benefícios gerados.

Além disso, os estudos enfatizam que o sucesso dessas políticas depende também da sensibilidade dos gestores públicos em compreender suas realidades territoriais, o respeito às vocações econômicas locais no fomento da cultura empreendedora que seja, ao mesmo tempo, inovadora e inclusiva (Silva; Lima, 2020). É nesse entrelaçamento entre fatores socioeconômicos e ação pública que se encontra o foco principal deste estudo.

Este estudo caracteriza-se como uma revisão integrativa estruturada, que reúne e analisa criticamente evidências científicas relacionadas aos fatores socioeconômicos que influenciam o desenvolvimento do empreendedorismo no contexto das políticas públicas.

Esse tipo de revisão permite uma compreensão abrangente do estado atual do conhecimento, identificando lacunas e orientando futuras investigações. É particularmente útil na área da saúde, onde auxilia na tomada de decisões baseadas em evidências, com o objetivo de reunir e sintetizar os resultados de publicações científicas relacionadas às políticas públicas mais eficazes (Sousa et al, 2017), entretanto, neste trabalho, também servirá para embasar a compreensão sobre as estratégias de incentivo ao empreendedorismo e seu impacto na sociedade.

Para realização deste estudo, seguiram-se as etapas previstas na revisão integrativa: 1) Identificação do tema e formulação da pergunta norteadora; 2) Busca na literatura utilizando critérios de inclusão e exclusão; 3) Extração, resumo e organização das informações dos estudos selecionados, Autor, DOI,

ano de publicação, objetivos e principais resultados; 4) Análise crítica e detalhada dos estudos incluídos na revisão, assegurando a elegibilidade temática e a adequação ao objetivo do estudo; 5) Interpretação dos achados/resultados; 6) Discussão dos resultados e apresentação da revisão (Mendes; Silveira, Galvão, 2019).

A busca dos estudos foi realizada entre os meses de maio a julho de 2022 nas bases eletrônicas da Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE/PubMed) e na biblioteca virtual Scientific Electronic Library Online (SciELO). A estratégia de busca empregada nas duas bases de dados, foi construída com dois vocabulários controlados em saúde. Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) e Medical Subject Headings (Mesh) e linguagem natural, em conjunto com operadores booleanos AND e OR, para obtenção de amplo espectro de resultados nas diferentes bases de dados (Latorraca et al., 2019). O quadro 1 representa a estruturação que foi utilizada na base de dados.

A questão de revisão foi elaborada por meio da estratégia PiCo, que preconiza como elementos fundamentais o acrônimo mnemônico: P – População/ paciente/ problema, I – Fenômeno de interesse e Co – Contexto. Para a busca de evidências, foram definidos os elementos: P – Violência contra mulher, I – Poder Público e Co – Direitos humanos. Diante disso, a questão de revisão adotada foi: Como os fatores socioeconômicos interferem no planejamento das políticas públicas no campo do empreendedorismo?

Quadro 1 – Estruturação de busca nas bases de dados. Vitória, ES, Brasil, 2024.

Objetivo/ Problema	Como os fatores socioeconômicos interferem no planejamento das políticas públicas no campo do empreendedorismo?		
	P	I	Co
Extração	Empreendedorismo	Política Pública	Fatores Socioeconômicos
Conversão	Entrepreneurship	Public Policy	Socioeconomic Factors
Combinação (opcional)	Entrepreneurship	Public Policy	Socioeconomic Factors, Social Factors
Construção	(" Entrepreneurship ")	("Public Policy")	(" Socioeconomic Factors " OR "Social Factors ")
Uso*	(" Entrepreneurship ") AND ("Socioeconomic Factors " OR "Social Factors ") AND ("Public Policy")		

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

As estratégias de buscas elaboradas e utilizadas para cada base eletrônica de dados estão apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Estruturação de busca nas bases de dados. Vitória, ES, Brasil, 2024.

Descritores	pergunta	Base de dados	Estratégia de busca
Empreendedorismo, Política Pública, Fatores Socioeconômicos	Como os fatores socioeconômicos interferem no planejamento das políticas públicas no campo do empreendedorismo?	PUNMED	("Entrepreneurship ") AND ("Socioeconomic Factors " OR "Social Factors ") AND ("Public Policy")
			(Entrepreneurship) AND (Socioeconomic Factors OR Social Factors) AND (Public Policy)

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Os estudos identificados foram avaliados e descartados por meio de textos incompletos, títulos duplicados, sites pagos, tese e resumos por não atender o tema, daqueles que não tinham implicação com os objetivos desta dissertação, além disso na base de dados LILACS foi selecionado os artigos no período de 12 anos, a fim de obter-se documentos mais atualizados dentro da temática. Por fim, após a leitura integral dos estudos inicialmente selecionados, foram incluídos na amostra final apenas aqueles que apresentavam aderência aos objetivos propostos nesta revisão integrativa. Essa etapa foi fundamental para garantir a relevância, a coerência temática e a contribuição desta revisão integrativa com base nos trabalhos analisados, favorecendo o aprofundamento da discussão sobre os fatores socioeconômicos e o desenvolvimento do empreendedorismo no contexto das políticas públicas.

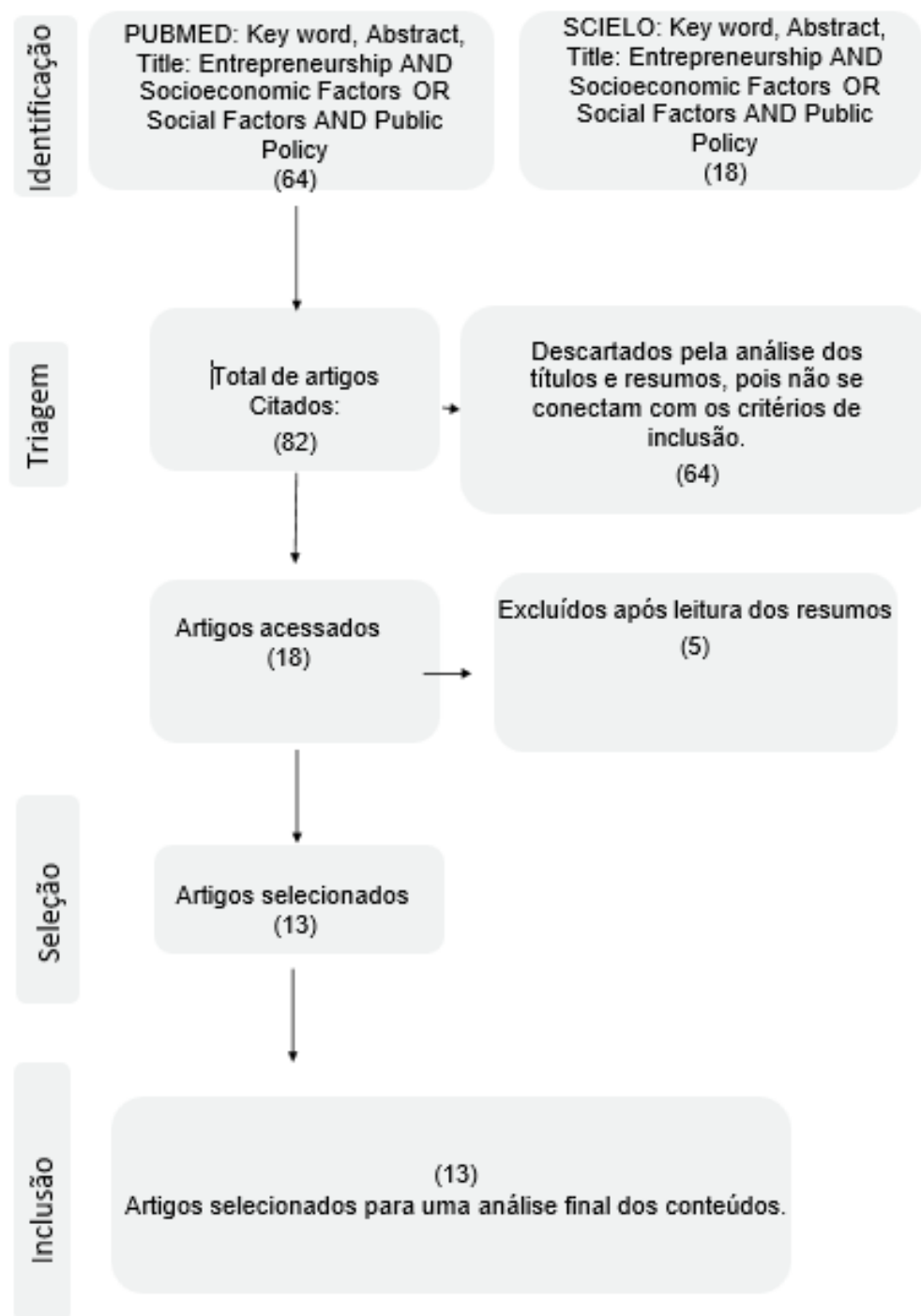
Para caracterizar os artigos incluídos na revisão, foram extraídas as seguintes informações: título; autor/ano, local de realização do estudo, tipo de estudo, amostra e objetivos. Já para aprofundamento e análise do objeto de estudo dessa revisão, foram extraídas informações sobre Fatores socioeconômicos determinantes para o empreendedorismo, Políticas públicas de fomento ao empreendedorismo, Empreendedorismo por necessidade e inclusão produtiva e Desenvolvimento local. Tais dados foram sistematizados

mediante a utilização do instrumento para coleta de dados desta revisão integrativa e apresentados em forma de quadros na seção resultado.

2 RESULTADOS

A pesquisa identificou 82 estudos potencialmente relevantes nas bases de dados, dos quais 64 foram descartados pela análise dos títulos. Analisaram-se 18 publicações pelo resumo, e destas, foram excluídos 5 artigos. Restaram então, 13 artigos que estavam enquadradas ao objetivo do estudo, compondo assim, a amostra final. A Figura 1 exibe o processo de busca, exclusão e seleção dos estudos encontrados, demonstrados em formato de FLUXOGRAMA.

Figura 1. Fluxograma de identificação, triagem, seleção e inclusão dos estudos.



Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Ao analisar as características dos estudos selecionados para esta revisão, observou-se que de forma predominante, os artigos foram publicados no ano de 2013 (n=1), 2016 (n=2), 2017 (n=1), 2020 (n=1), seguido de 2021 (n=3) e 2022 (n=5). A maioria das pesquisas (n=13) trouxe em seu conteúdo discussões que

refletiram a realidade do Empreendedorismo no Brasil e em outros países estudados.

Quadro 3. Descrição dos artigos selecionados para este estudo, Vitória, ES, Brasil, 2024.

Autor/Ano/DOI	OBJETIVOS	PRINCIPAIS RESULTADOS
<p>Gilberto Sarfati</p> <p>Ano 2013</p> <p>https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000100002</p> <p>SciElo</p>	<p>O artigo explora a relação entre o estágio de desenvolvimento econômico de um país aliado as suas políticas públicas voltadas ao empreendedorismo e ações de incentivo às MPEs. Nota-se que países desenvolvidos e em fase de desenvolvimento, adotam posturas diferentes em relação ao apoio às empresas, fato que acaba refletindo em suas condições econômicas e sociais.</p>	<p>O artigo aborda a importância do empreendedorismo no desenvolvimento econômico e a necessidade de políticas públicas para impulsionar o crescimento das MPES, com foco na desburocratização e eliminação de barreiras de mercado. Cita exemplos do Brasil, Canadá, Chile, Irlanda e Itália.</p> <p>Conclui que as políticas públicas refletem o estágio de desenvolvimento: países avançados priorizam inovação, enquanto os em desenvolvimento focam no apoio básico. A Itália destaca-se negativamente por políticas desarticuladas que afetam sua competitividade.</p>
<p>DOUGLAS THOMPSON</p> <p>JOSÉ CARLOS PINHO</p> <p>Ano 2016</p> <p>https://doi.org/10.1590/S0034-759020160204</p> <p>SciElo</p>	<p>O estudo busca entender como determinadas condições estruturais influenciam a criação de novos negócios e como essas oportunidades de contexto afetam a capacidade individual de iniciar um novo empreendimento. A análise se baseia nos dados do projeto Global Entrepreneurship Monitor (GEM), comparando as economias de Portugal e Angola.</p>	<p>O texto destaca como normas culturais e sociais, políticas públicas e educação empreendedora influenciam a criação de novos negócios.</p> <p>Discute as diferenças entre Portugal, voltado à inovação, e Angola, focado em fatores de produção. Ambos reconhecem a importância da educação empreendedora e da redução da burocracia e corrupção para melhorar o ambiente empreendedor.</p> <p>Conclui que esses elementos são essenciais para fomentar novos empreendimentos.</p>
<p>Eliana Tadeu Terci de Queiroz Piracicaba Jefferson O. Goulart</p> <p>Ano: 2016</p> <p>https://doi.org/10.1590/0034-7612147853</p> <p>SciElo</p>	<p>O estudo analisa a eficácia dos Planos Diretores Participativos em três cidades médias do interior paulista: Piracicaba, Bauru e Rio Claro. Avalia-se a dualidade entre a exigência legal de participação popular e a pressão para atrair investimentos urbanos.</p>	<p>Este estudo examina a eficácia dos Planos Diretores Participativos em três cidades médias do interior paulista — Piracicaba, Bauru e Rio Claro —, explorando a tensão entre a exigência legal de participação popular e a pressão por atrair investimentos urbanos. A pesquisa revela a complexidade envolvida na implementação desses planos, marcada pelo desafio de equilibrar interesses econômicos e democráticos.</p> <p>A metodologia adotada inclui uma revisão bibliográfica interdisciplinar e uma análise comparativa dos planos diretores das três cidades, considerando as dimensões físico-territorial, socioeconômica e político-institucional.</p> <p>Os resultados destacam que a efetividade dos Planos Diretores Participativos está diretamente ligada à articulação entre diferentes políticas públicas e à efetiva inclusão da sociedade civil nos processos decisórios. O estudo oferece, assim, uma visão abrangente dos</p>

		principais achados, enfatizando conclusões e recomendações que podem orientar futuras práticas de planejamento urbano participativo.
<p>Helena Carvalho De Lorenzo Lucas Jose Campanha Luiz Fernando de Oriani e Paulillo Sergio Azevedo Fonseca</p> <p>Ano: 2017</p> <p>https://doi.org/10.1590/0104-530X3896-16</p> <p>SciElo</p>	<p>O artigo analisa as políticas públicas de apoio aos pequenos negócios no Brasil, com foco na Lei Complementar Nº 123/2006, e na Lei do Microempreendedor Individual (Lei Complementar Nº 128/2008) com base em um estudo de caso sobre a implementação dessas leis no município de Araraquara/SP, avaliando o contexto das relações entre diferentes agentes econômicos e políticos, bem como os impactos diretos e indiretos dessa política.</p>	<p>O artigo analisa as políticas públicas de apoio aos pequenos negócios no Brasil, com foco na Lei Complementar Nº 123/2006, e na Lei do Microempreendedor Individual (Lei Complementar Nº 128/2008);</p> <p>Estudo de caso realizado em Araraquara/SP, suas implementações;</p> <p>Aponta várias barreiras em sua implementação local, conflitos institucionais, brechas na Lei, falta de preparo dos agentes públicos.</p> <p>O estudo conclui que a política do MEI, embora bem-intencionada, enfrenta várias barreiras na implementação local, como conflitos interinstitucionais, brechas legais e falta de preparação dos agentes públicos. A política tem gerado um impacto limitado na formalização dos empreendedores e na redução da informalidade.</p> <p>A pesquisa destaca que a implementação de políticas públicas de empreendedorismo deve ser acompanhada de mecanismos eficazes de coordenação e supervisão, além de um entendimento claro dos objetivos por parte de todos os agentes envolvidos. A eficácia dessas políticas depende da sinergia entre os diferentes níveis de governo e do alinhamento dos interesses individuais com os coletivos.</p>
<p>Juan Felipe Espinosa Oriana Bernasconi</p> <p>Ano: 2020</p> <p>https://doi.org/10.1590/S0034-759020200206</p> <p>SciElo</p>	<p>O artigo investiga como o Estado chileno justifica suas políticas públicas pró-empresendedorismo, especialmente em um contexto neoliberal. O foco é na Corporação de Fomento de la Producción y del Comercio (CORFO), uma agência estatal que implementa regulamentos e apoia financeiramente startups.</p> <p>O objetivo do estudo é analisar as justificativas ideológicas e discursivas que sustentam as políticas de empreendedorismo no Chile, particularmente após a transição democrática de 1990. Examina-se como essas políticas se distanciam de filiações políticas tradicionais</p>	<p>O artigo realiza uma crítica aprofundada às políticas públicas de empreendedorismo no Chile, argumentando que, embora incentivem a inovação e o crescimento econômico, também reforçam a lógica neoliberal e suas desigualdades estruturais. A pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa, com foco na análise de discurso, seguindo os referenciais da Loughborough School e influências do pensamento pós-estruturalista.</p> <p>Foram analisadas entrevistas com funcionários da CORFO, declarações públicas e documentos oficiais, permitindo identificar como a retórica do empreendedorismo — marcada pela meritocracia e pela despolitização — opera como instrumento de legitimação da intervenção estatal. O discurso institucional constrói uma ideia de bem comum que ignora as assimetrias sociais e reforça a manutenção de um modelo econômico excludente.</p>

	e promovem uma retórica meritocrática.	
<p>Camila Borges Fialho Vânia Medianeira Flores Costa Andrieli de Fatima Paz Nunes Beatriz Leite Gustmann de Castro Maria Carolina Martins Rodrigues</p> <p>Ano: 2021</p> <p>https://doi.org/10.5902/1983465966335</p>	<p>O estudo busca analisar os sentimentos positivos e negativos em relação aos domínios de um ecossistema empreendedor, avaliando como diferentes atores percebem seu ambiente empreendedor.</p> <p>O estudo avaliou as instituições de apoio, instituições de ensino superior, mercado, políticas públicas, capital financeiro e cultura.</p>	<p>O estudo busca analisar os sentimentos positivos e negativos em relação aos domínios de um ecossistema empreendedor, avaliando como diferentes atores percebem seu ambiente empreendedor: Instituições e apoio, Instituições de Ensino Superior, Mercado, Políticas Públicas, Capital Financeiro e Cultura;</p> <p>Importância de investimento em tecnologia para fortalecimento dessas instituições, Educação Empreendedora, Eventos de Inovação, incentivo da cultura empreendedora e busca por fontes alternativas de capital.</p> <p>O estudo conclui que, para fortalecer o ecossistema empreendedor, é necessário investir em tecnologia, fortalecer as instituições de apoio, promover a educação empreendedora, realizar eventos de inovação, melhorar as políticas públicas e buscar fontes alternativas de capital. Além disso, é fundamental incentivar a cultura empreendedora desde a base.</p>
<p>Huatao Peng Bing Bing Li Chen Zhou Bert M. Sadowski</p> <p>Ano 2021</p> <p>https://doi.org/10.3390/ijerph18031070</p>	<p>O artigo investiga como os valores ambientais impactam a intenção empreendedora sustentável, utilizando a teoria do comportamento planejado (TCP) para entender essa relação. A pesquisa destaca a crescente importância do empreendedorismo sustentável devido aos desafios ambientais globais.</p>	<p>Valores ambientais são cruciais para fomentar intenções empreendedoras sustentáveis.</p> <p>Políticas públicas e programas de educação que promovam valores ambientais podem incentivar o empreendedorismo sustentável.</p> <p>A experiência empreendedora é fundamental para transformar valores ambientais em práticas sustentáveis efetivas.</p> <p>O estudo contribui para a compreensão de como valores ambientais influenciam a intenção empreendedora sustentável, destacando a importância de atitudes, normas sociais e autoeficácia. A pesquisa sugere que a promoção de valores ambientais e a capacitação empreendedora podem ser estratégias eficazes para aumentar o número de empreendedores sustentáveis. Este resumo fornece uma visão abrangente dos principais pontos abordados no artigo, destacando as relações entre valores ambientais e a intenção empreendedora sustentável, bem como o papel moderador da experiência e outros fatores comportamentais.</p>
<p>T.Zhang D. Gerlowski</p> <p>Ano: 2021</p> <p>https://doi.org/10.1007/s11187-021-00493-6</p>	<p>O artigo investiga o impacto do trabalho remoto (WFH) no desempenho das pequenas empresas durante a pandemia de COVID-19, explorando como essa mudança afetou diferentes setores e regiões.</p>	<p>O artigo investiga o impacto do trabalho remoto no desempenho das pequenas empresas durante a pandemia de COVID-19, explorando como essa mudança afetou diferentes setores e regiões;</p> <p>O trabalho remoto emergiu como uma solução viável para muitas pequenas empresas durante a pandemia, ajudando a mitigar impactos econômicos negativos;</p>

PubMed		A mudança para atuação home-office pode se tornar uma nova norma, promovendo flexibilidade e resiliência no ambiente de trabalho.
Luís Paulo Bresciani Maria Carla Corrochano Maria Eduarda Raymundo Nogueira Ano: 2022 DOI: http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v28.84763 SciELO	Esse artigo tem como objetivo, analisar as mudanças nas políticas públicas de trabalho e juventude em São Paulo, compreender os fatores que levam ao empreendedorismo juvenil se tornar central nas formulações de políticas de trabalho e renda desde a segunda metade dos anos 2010.	O estudo analisa como o empreendedorismo juvenil se tornou central nas políticas de trabalho e renda desde a segunda metade dos anos 2010, em resposta a crises econômicas e mudanças institucionais em São Paulo. Conclui que essa centralidade reflete adaptações das coalizões de defesa às novas condições econômicas e institucionais. A análise ressalta a importância de equilibrar o incentivo ao empreendedorismo com a promoção de empregos formais de qualidade nas políticas públicas para a juventude.
Yanan Zhang Xiaowen Tian Muhammad Tayyab Sohail Data: 2022 https://doi.org/10.1371/journal.pone.0278164 PubMed	O artigo investiga as políticas públicas voltadas para a geração de trabalho e renda para a juventude na cidade de São Paulo, analisando as mudanças e os impactos dessas políticas ao longo dos anos.	O artigo investiga as políticas públicas voltadas para a geração de trabalho e renda para a juventude na cidade de São Paulo, analisando as mudanças e os impactos dessas políticas ao longo dos anos. A análise revela a importância de adaptar as políticas públicas ao contexto econômico e institucional, enfatizando a necessidade de um equilíbrio entre a promoção do empreendedorismo e a criação de oportunidades de emprego de qualidade para a juventude.
Fanni Tóth Ferenc Illés György Walter Ano:2022 https://doi.org/10.1371/journal.pone.0272025 PubMed	O artigo analisa a influência das leis de falências pessoais mais permissivas sobre o empreendedorismo nos países da União Europeia (UE). A pesquisa considera como a leniência dessas leis pode afetar a atividade empresarial e as taxas de trabalho autônomo.	O artigo analisa a influência das leis de falências pessoais mais permissivas sobre o empreendedorismo nos países da União Europeia (UE). A pesquisa considera como a leniência dessas leis pode afetar a atividade empresarial e as taxas de trabalho autônomo; Cita a importância das políticas de falência na promoção do empreendedorismo aliadas às Políticas Públicas. As leis de falência mais indulgentes promovem um ambiente mais favorável para o empreendedorismo. O estudo sugere que a reforma das leis de falência pode ser uma ferramenta eficaz para incentivar a criação de novos negócios e apoiar empreendedores em dificuldades.
Taoan Ge Jaffar Abbas Raza Ullah Azhar Abbas Iqra Sadiq Ruilian Zhang Ano: 2022 PubMed	O estudo investiga o papel do empreendedorismo feminino e das tecnologias inovadoras na contribuição para a renda familiar, especialmente durante a pandemia de COVID-19. Focado no distrito de Faisalabad, Paquistão, o artigo busca identificar os	Empoderamento econômico e melhoria da qualidade de vida de Mulheres e suas famílias, através do empreendedorismo feminino; As políticas devem focar em fornecer educação e treinamento, além de promover um ambiente favorável para o empreendedorismo feminino.

DOI: 10.3389/fpsyg.2022.828040. https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2022.828040/full .	fatores determinantes dessa contribuição.	A adoção de tecnologias inovadoras pode potencializar ainda mais a contribuição das mulheres empresárias para a renda familiar. O estudo destaca a importância do empreendedorismo feminino como uma ferramenta poderosa para a inclusão social, a redução da pobreza e o crescimento econômico. As mulheres empresárias não só contribuem significativamente para a renda familiar, mas também desempenham um papel vital no desenvolvimento econômico de suas comunidades.
Wentao Gu Panella Hairui Zimin Hu Zhongdi Liu Ano: 2022 DOI: https://doi.org/10.3390/ijerph19137758 PubMed	O artigo analisa como o empreendedorismo sustentável é influenciado pela incerteza da política econômica (EPU) em 22 países, avaliando os impactos econômicos, ambientais e sociais. A pesquisa se baseia em dados coletados entre 2005 e 2018.	O estudo contribui para a literatura ao demonstrar a importância e o impacto da incerteza da política econômica no empreendedorismo sustentável. Ele destaca que políticas adequadas e foco na inovação verde podem melhorar os resultados sustentáveis em diversos contextos econômicos e de desenvolvimento. O estudo contribui para a literatura ao demonstrar a importância da incerteza da política econômica no empreendedorismo sustentável. Ele destaca que políticas adequadas e foco na inovação verde podem melhorar os resultados sustentáveis em diversos contextos econômicos e de desenvolvimento.

Fonte: Elaborado pela autora, 2024.

Vimos que a maior quantidade de publicações se deu entre os anos 2021 e 2022, sendo que no ano de 2022, tiveram 5 publicações, fato que pode ter uma relação direta com o período de pós pandemia da COVID-19, momento que inevitavelmente impulsionou o empreendedorismo como uma das únicas estratégias diante do desemprego que assolou o país. Vale destacar que nesse período houve um crescimento considerável do número de microempreendedores que abriram seus empreendimentos movidos pela necessidade. Segundo o SEBRAE (2022), cerca de 57% dos novos empreendedores iniciaram seus negócios motivados pela ausência de outras fontes de renda, evidenciando uma mudança no perfil do empreendedor brasileiro no cenário pós-crise sanitária.

4 DISCUSSÃO

A análise dos estudos selecionados nesta revisão integrativa permitiu identificar quatro eixos estratégicos recorrentes no debate sobre

empreendedorismo e políticas públicas: (1) fatores socioeconômicos e determinantes do empreendedorismo; (2) políticas públicas de fomento ao empreendedorismo; (3) inclusão produtiva e empreendedorismo por necessidade; e (4) desenvolvimento local e territorialidade. Os eixos, cada um em sua especificidade, refletem aspectos imprescindíveis no contexto do desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil, e suas conexões aliadas as estratégias governamentais apontam caminhos importantes, para ações mais eficazes e inclusivas.

O eixo dos fatores socioeconômicos e determinantes do empreendedorismo, destaca que variáveis como renda, escolaridade, gênero, juventude, contexto institucional e acesso a serviços básicos impactam tanto a decisão de empreender quanto a sustentabilidade dos negócios. Thompson e Pinho (2016), em estudo sobre Portugal e Angola, evidenciam que normas culturais e educação empreendedora são essenciais para novos negócios, sobretudo em contextos desiguais. Bresciani, Corrochano e Nogueira (2022) apontam o empreendedorismo juvenil como resposta às crises econômicas em São Paulo, com forte influência das políticas públicas. Zhang, Tian e Sohail (2022) reforçam a necessidade de equilibrar o empreendedorismo jovem com empregos de qualidade, destacando o peso dos fatores econômicos, sociais e institucionais. Esses estudos demonstram que o empreendedorismo é condicionado por estruturas sociais e contextuais, não se restringindo a uma escolha individual ou oportunidade de mercado.

O segundo eixo concentra-se nas políticas públicas de fomento ao empreendedorismo, mostrando a relevância de programas e iniciativas estatais no apoio aos pequenos negócios. Os artigos analisados demonstram que políticas de microcrédito, capacitação, formalização e assistência técnica são determinantes para ampliar o acesso a oportunidades econômicas e reduzir as barreiras de entrada no mundo dos negócios. Conforme informações disponíveis no portal do SEBRAE, as micro e pequenas empresas (MPEs) representam 99% dos estabelecimentos empresariais no Brasil e são responsáveis por 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado. Nesse contexto, políticas públicas bem estruturadas tornam-se indispensáveis.

Sarfati (2013) mostra que o estágio de desenvolvimento econômico de um país molda suas políticas de apoio às MPEs: países desenvolvidos priorizam inovação, enquanto os em desenvolvimento enfrentam barreiras estruturais e burocráticas. De Lorenzo et al. (2017), ao analisarem a implementação da Lei do MEI em Araraquara-SP, evidenciam entraves institucionais que comprometem sua eficácia. Espinosa e Bernasconi (2020) destacam que, no Chile, a política de empreendedorismo serve para legitimar discursos neoliberais, despolitizando o debate. Tóth, Illés e Walter (2022) demonstram que legislações de falência mais permissivas na UE incentivam o recomeço de empreendedores, fortalecendo a inovação.

Os estudos ressaltam a importância de políticas públicas com sensibilidade territorial, articulação interinstitucional e avaliação de impacto, mas também evidenciam lacunas como descontinuidade, falta de capacitação e baixa territorialização, que comprometem a sustentabilidade.

O terceiro eixo estratégico refere-se à inclusão produtiva e ao aumento do empreendedorismo por necessidade, especialmente no contexto pós-pandemia da COVID-19. Zhang e Gerlowski (2021) demonstram que o trabalho remoto emergiu como alternativa para manter pequenas empresas operando durante a crise sanitária, especialmente em setores que conseguiram adaptar seus modelos de negócio, o que evidenciou uma nova configuração de empreendedorismo por necessidade baseada em flexibilidade e resiliência. No contexto do Paquistão, Ge et al. (2022) analisam o papel do empreendedorismo feminino como uma ferramenta de inclusão econômica, destacando que, mesmo em regiões com forte desigualdade de gênero, a adoção de tecnologias e a geração de renda própria possibilitaram avanços significativos na autonomia financeira das mulheres e no desenvolvimento local.

Já Peng et al. (2021) apontam que os valores ambientais podem ser catalisadores de intenções empreendedoras sustentáveis, especialmente quando combinados com políticas públicas e programas de capacitação que promovam atitudes positivas e senso de autoeficácia. Essa perspectiva amplia o conceito de inclusão produtiva ao considerar dimensões ecológicas e comportamentais. De forma complementar, Gu et al. (2022) mostram que o

empreendedorismo sustentável é sensível à instabilidade das políticas econômicas. No entanto, políticas adequadas e foco em inovação verde podem mitigar incertezas e abrir oportunidades de geração de renda sustentável, especialmente para grupos socialmente vulneráveis.

Esses estudos reforçam que a inclusão produtiva, seja via empreendedorismo tradicional, feminino ou sustentável, exige não apenas a abertura de negócios, mas suporte técnico, redes de apoio e políticas públicas que garantam segurança econômica, inclusão social e desenvolvimento com equidade.

O quarto eixo trata do vínculo entre empreendedorismo, desenvolvimento local e territorialidade. Os estudos revisados apontam que políticas de fomento ao empreendedorismo devem estar integradas às especificidades de cada território, respeitando as vocações locais, os ativos comunitários e o contexto socioeconômico. Fialho et al. (2021) mostram que a qualidade dos ecossistemas empreendedores está diretamente relacionada à presença de instituições de apoio consolidadas, investimentos em tecnologia, educação empreendedora e incentivo à cultura local. A percepção positiva desses elementos por parte dos atores envolvidos favorece um ambiente propício à inovação e ao fortalecimento da economia regional.

Queiroz e Goulart (2016), ao analisarem a implementação dos Planos Diretores Participativos em três cidades do interior paulista, revelam a complexidade de articular o planejamento urbano com a promoção do desenvolvimento local. Os autores destacam a tensão entre a necessidade de atrair investimentos e a exigência legal de participação popular. A falta de integração entre diferentes dimensões (físico-territorial, socioeconômica e institucional) compromete a efetividade das políticas públicas e evidencia a importância de um planejamento articulado e baseado na escuta ativa das comunidades.

Esses estudos reforçam que a territorialização das políticas empreendedoras não apenas amplia sua efetividade, mas também fortalece o senso de pertencimento, a identidade local e a coesão social nos municípios. A valorização dos saberes tradicionais, o estímulo a arranjos produtivos locais e a

articulação intersetorial são estratégias que conectam o empreendedorismo ao desenvolvimento sustentável dos territórios.

5 CONCLUSÃO

Esta revisão integrativa demonstrou que o empreendedorismo, aliado a políticas públicas bem estruturadas, é uma estratégia relevante para o desenvolvimento econômico, social e territorial em contextos vulneráveis. A análise de treze artigos destacou quatro eixos: fatores socioeconômicos, políticas de incentivo, inclusão produtiva e desenvolvimento local.

Elementos como renda, escolaridade, juventude, gênero e contexto institucional influenciam o empreendedorismo e a sustentabilidade dos negócios. Políticas públicas articuladas e territorializadas são essenciais para ampliar oportunidades e reduzir barreiras. O empreendedorismo por necessidade, intensificado na pandemia, demanda apoio em capacitação, crédito, redes e formalização. Ecossistemas empreendedores e saberes comunitários reforçam seu caráter coletivo e político.

Os resultados desta pesquisa oferecem subsídios relevantes à sociedade, ao orientar a formulação de políticas mais inclusivas e sensíveis às especificidades locais. Para a academia, o estudo contribui com uma base crítica para novas investigações sobre o impacto das políticas empreendedoras e suas relações com a equidade, a justiça social e a sustentabilidade. Avançar nesse campo exige o reconhecimento do empreendedorismo como fenômeno coletivo e estratégico, conectado às dinâmicas sociais e territoriais.

Como limitação desta revisão, destaca-se o recorte temporal e temático da amostra analisada, o que pode restringir a generalização dos achados. Para estudos futuros, recomenda-se explorar realidades locais específicas e ampliar o horizonte de análise, considerando diferentes formatos e impactos das políticas públicas sobre o empreendedorismo.

REFERÊNCIAS

BRESCIANI, Luís Paulo; CORROCHANO, Maria Carla; NOGUEIRA, Maria Eduarda Raymundo. **Políticas públicas de trabalho e juventude em São Paulo: empreendedorismo como alternativa**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, v. 28, 2022. <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v28.84763> .

DE LORENZO, Helena Carvalho; CAMPANHA, Lucas José; PAULILLO, Luiz Fernando de Oriani; FONSECA, Sergio Azevedo. **Políticas públicas de apoio aos pequenos negócios: o caso da Lei do MEI em Araraquara/SP**. Gestão & Produção, v. 24, n. 3, p. 617–629, 2017. <https://doi.org/10.1590/0104-530X3896-16> .

ESPINOSA, Juan Felipe; BERNASCONI, Oriana. **Políticas públicas e empreendedorismo no Chile: uma análise crítica da CORFO**. Revista de Administração Pública, v. 54, n. 2, p. 327–348, 2020. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020200206> .

FIALHO, Camila Borges et al. **Sentimentos sobre o ecossistema empreendedor: uma análise dos atores e do ambiente**. Revista de Administração Pública, v. 55, n. 2, p. 215–237, 2021. <https://doi.org/10.5902/1983465966335> .

GE, Taoan et al. **Women’s entrepreneurial contribution to family income: innovative technologies promote females’ entrepreneurship amid COVID-19 crisis**. Frontiers in Psychology, v. 13, 2022. DOI: 10.3389/fpsyg.2022.828040. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2022.828040/full>.

GU, Wentão et al. **Economic policy uncertainty and sustainable entrepreneurship: evidence from 22 countries**. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 19, n. 13, p. 7758, 2022. <https://doi.org/10.3390/ijerph19137758> .

PENG, Huatao et al. **Environmental values and entrepreneurial intentions: evidence from sustainable entrepreneurship**. International Journal of Environmental Research and Public Health, v. 18, n. 3, p. 1070, 2021. <https://doi.org/10.3390/ijerph18031070> .

QUEIROZ, Eliana Tadeu Terceiro de; GOULART, Jefferson O. **Planos diretores participativos e o desafio da participação efetiva: uma análise em três cidades médias paulistas**. Revista de Administração Pública, v. 50, n. 1, p. 89–110, 2016. <https://doi.org/10.1590/0034-7612147853> .

SARFATI, Gilberto. **Políticas públicas e empreendedorismo: uma análise do apoio às micro e pequenas empresas**. Revista de Administração Pública, v. 47, n. 1, p. 25–48, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000100002>.

SEBRAE. **Pequenos negócios em números. Brasília: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, 2018.** Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/sp/sebraeaz/pequenos-negocios-em-numeros,12e8794363447510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 4 jun. 2025.

SCHUMPETER, Joseph Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SOUSA, Karla M.; PEREIRA, Maria G.; LIMA, Fernanda A. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem.** Texto & Contexto Enfermagem, v. 26, n. 4, p. e00100017, 2017.

THOMPSON, Douglas; PINHO, José Carlos. **Condições estruturais e ambiente institucional para o empreendedorismo: um estudo comparado entre Portugal e Angola.** Revista de Administração Pública, v. 50, n. 2, p. 277–300, 2016. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020160204>.

TÓTH, Fanni; ILLÉS, Ferenc; WALTER, György. **Bankruptcy law leniency and entrepreneurship in the EU.** PLoS ONE, v. 17, n. 8, p. e0272025, 2022. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0272025>.

ZHANG, T.; GERLOWSKI, D. **Work from home: impact on small business performance during COVID-19.** Small Business Economics, v. 57, p. 1321–1346, 2021. <https://doi.org/10.1007/s11187-021-00493-6>.

ZHANG, Yanan; TIAN, Xiaowen; SOHAIL, Muhammad Tayyab. **Public policy and youth employment in São Paulo: entrepreneurship versus quality jobs.** PLoS ONE, v. 17, n. 11, p. e0278164, 2022. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0278164>.